



ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)

Conheça o maior programa de conservação e
uso sustentável de florestas tropicais do planeta





PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)

Conheça o maior programa de
conservação e uso sustentável de
florestas tropicais do planeta



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTA: **DILMA ROUSSEFF**
VICE-PRESIDENTE: **MICHEL TEMER**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MINISTRA: **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA**
SECRETÁRIO EXECUTIVO: **FRANCISCO GAETANI**
SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS: **ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI**

DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

DIRETOR: **SERGIO HENRIQUE COLLAÇO DE CARVALHO**

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

GERENTE DE PROJETOS ESPECIAIS: **THIAGO GIL BARRETO BARROS**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1 – SEPN 505 NORTE, BLOCO B, EDIFÍCIO MARIE PRENDI CRUZ
BRASÍLIA, DF - 70730-542
TEL.: 55 61 2028 2559

FICHA TÉCNICA

TEXTO: **EQUIPE DO MMA**
EDIÇÃO FINAL: **FREDERICO BRANDÃO – WWF-BRASIL**
REVISÃO: **ISADORA FERREIRA**
FOTO DA CAPA: **ADRIANO GAMBARINI / WWF-BRASIL**
PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: **RIBAMAR FONSECA / SUPERNOVA DESIGN**

AS OPINIÕES, COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES DESTE ESTUDO PERTENCEM AO MMA.
ESTA PUBLICAÇÃO CONTOU COM O APOIO FINANCEIRO DO WWF-BRASIL.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
HISTÓRICO	9
FASE I	12
GANHOS E DIFICULDADES OPERACIONAIS DA FASE I	17
DESMATAMENTO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	18
FASE II	20
GANHOS E DIFICULDADES OPERACIONAIS DA FASE II	23
FASE III	26
A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA	30



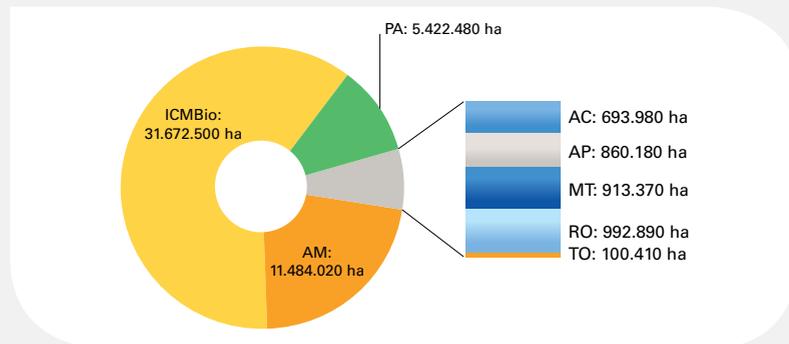
APRESENTAÇÃO

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) tem por objetivo promover a conservação e a proteção permanente da biodiversidade de 60 milhões de hectares, área equivalente a 15% do território da Amazônia brasileira. O Arpa, programa do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), assegura recursos financeiros para a gestão das

Unidades de Conservação (UCs) e promove o desenvolvimento sustentável na Amazônia, por meio da criação, da expansão e do fortalecimento de UCs. Atualmente,

o programa apoia 95 UCs (federais e estaduais), que correspondem a 52 milhões de hectares, com abrangência de 7 Estados brasileiros (Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Acre e Tocantins), e há o compromisso, a partir de 2014, de incluir mais 8 milhões de hectares. As UCs atendidas pelo Programa Arpa representam mais de 35% de toda a área protegida em UCs no País.

O gráfico abaixo mostra a distribuição de área para cada ente federativo e para o ICMBio.

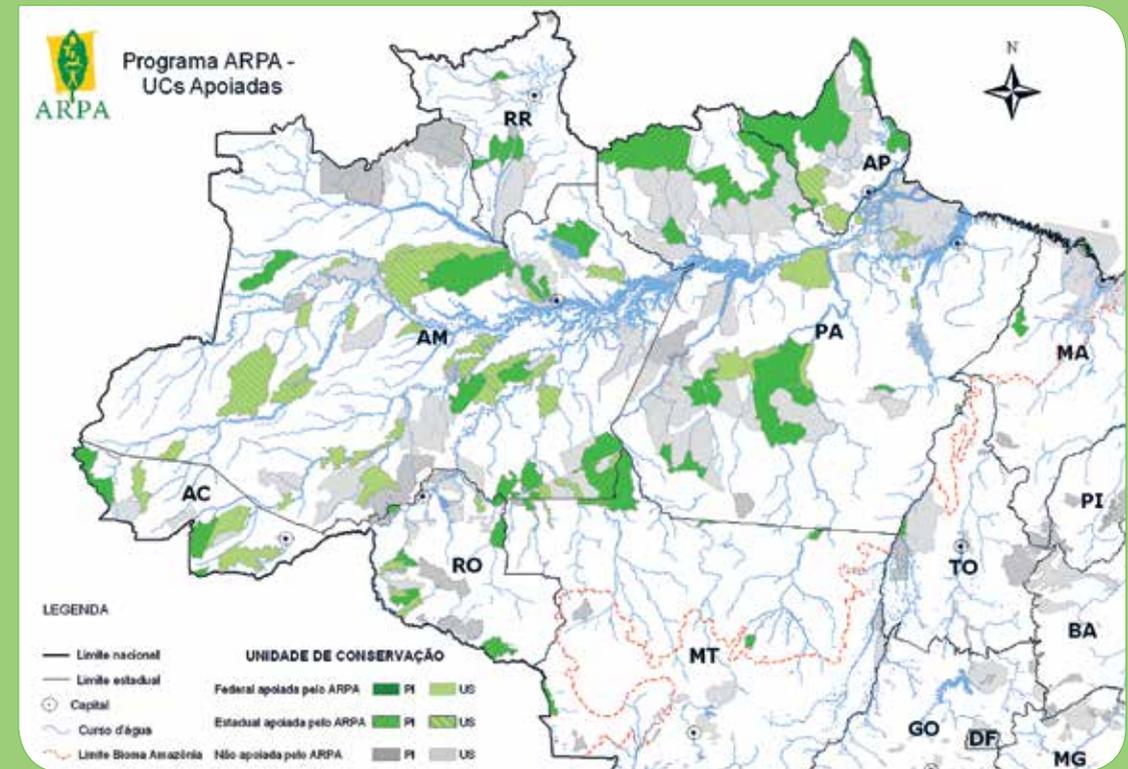


ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Unidades de Conservação nos Estados: AM (Amazonas); AC (Acre); AP (Amapá); MT (Mato Grosso); PA (Pará); RO (Roraima); TO (Tocantins)



Atualmente integram o Arpa UCs de uso sustentável e de proteção integral, tanto no âmbito federal quanto estadual. No primeiro grupo, as categorias contempladas são os Parques, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas

(correspondentes às categorias I e II na classificação internacional da IUCN). No segundo grupo, somente as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (categoria VI da IUCN), conforme distribuição no mapa abaixo:





HISTÓRICO

Nos últimos 12 anos o Arpa se consolidou como o maior programa de conservação da biodiversidade de florestas tropicais do mundo e se firmou nacionalmente como política de Estado. O Arpa tem origem em 1998, na aliança entre o Fundo Mundial para a Natureza - WWF e o Banco Mundial. Depois foi incorporado pelo governo brasileiro no âmbito do PPG7 (criado em 1992), tendo como parceiros e doadores o Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF, o WWF e o governo da Alemanha, por meio do KfW. O objetivo

desse esforço era formar uma rede de unidades de conservação para proteger a biodiversidade da Amazônia, à época ameaçada pelo desmatamento, mas ainda com cobertura florestal íntegra.

A ideia do programa ganhou força com a intenção existente na época de dobrar o tamanho do Sistema de Unidades de Conservação,

além do compromisso assumido pelo governo brasileiro de proteger 10% do bioma Amazônia sob a forma de UCs de proteção integral. Um terceiro fator determinante foi a assinatura do memorando de intenções entre o Governo Federal, o Banco Mundial e o GEF, o que culminou na criação do Arpa em 2002, com a edição do Decreto Nº 4326, seguido de seu anúncio durante a Rio + 10.

O objetivo do Arpa originalmente era promover, em 10 anos, a expansão e a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei Nº 9985/2000) na Amazônia brasileira, por meio da criação e consolidação de 50 milhões de hectares em áreas protegidas, garantindo que as UCs brasileiras deixassem de ser apenas territórios delimitados em mapas e passassem a exercer uma função importante tanto para a conservação da biodiversidade quanto para o desenvolvimento sustentável local.

O objetivo do Arpa originalmente era promover, em 10 anos, a expansão e a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação



O programa teve sua estruturação inicial vinculada a doações de agentes externos (GEF, governo alemão, WWF), ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio e à parceria técnica com a GTZ (hoje GiZ). O arranjo operacional concebido vinculou doadores, o MMA, o Funbio e órgãos executores. Inovou ao permitir que recursos de doação fossem integralmente internalizados no Brasil via uma *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público* – Oscip. O Arpa passou a contar com uma estrutura gerencial composta pelo Comitê de Programa (com representantes dos governos estaduais e federal e da sociedade civil) e um Painel Científico de Aconselhamento.

Devido ao sucesso alcançado ao final da primeira fase, o Arpa foi redesenhado enquanto política pública

O arranjo operacional, incluindo aqui sua estrutura de financiamento com base em doações, orientou as atividades do programa para 5 das 14 categorias de UCs do SNUC: Parques, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Reservas Extrativistas e Reservas de

Desenvolvimento Sustentável. Estas categorias seriam aquelas de maior impacto em termos de conservação da biodiversidade e geração de bem-estar na região, assim atraindo maior interesse de potenciais doadores.

O Arpa foi concebido como um projeto a ser executado em 3 fases, a primeira delas com duração inicial de 4 anos. Devido ao sucesso alcançado ao final da primeira fase, o Arpa foi redesenhado enquanto política pública, sendo revisada então a vigência das três fases, 2003-2010 (fase I), 2010-2015 (fase II) e 2015-2018 (fase III).





FASE I



Em 2003, o programa começou a se estruturar, a partir do estabelecimento da Unidade de Coordenação do Programa (UCP) no MMA. Em 2004, com sua estruturação já bastante avançada, os recursos do Arpa começaram a chegar às UCs, e nos anos 2005 e 2006 houve um grande avanço em termos de execução, devido ao início do funcionamento do mecanismo de operação por contas vinculadas¹ e do sistema de gestão financeira do programa (Cérebro), instrumentos que deram grande agilidade às UCs no acesso aos recursos de doação, assim como a estruturação de ferramentas de avaliação e planejamento (Ferramenta de Avaliação da Efetividade de UCs do Programa

Arpa/Fauc² e a Estratégia de Conservação e Investimento/ ECI). O alto grau de execução de recursos se manteve durante os anos de 2006 e 2007, quando o Arpa apresentou a maior execução no âmbito da fase I. Em 2008 e 2009, o volume de recursos remanescentes não seria mais

suficiente para a manutenção das atividades plenas das UCs, levando a uma consequente diminuição da execução. Paralelamente, nesse período se abria a negociação da segunda fase do programa.

As principais metas da fase I eram a criação de 18 milhões de hectares de novas UCs e a consolidação de 10 milhões de hectares em UCs (7 milhões de hectares para UCs existentes e 3 milhões de hectares para aquelas criadas pelo programa), conforme tabela na página 16:

1 A Conta Vinculada é um mecanismo desenvolvido pelo Funbio e aprovado pelos doadores do Arpa para facilitar a realização de gastos de pequeno valor, localmente, ou seja, nas regiões das UCs. A partir dela, as unidades adquiriram autonomia para proceder com a execução financeira direta. Esta autonomia é limitada por regras e critérios específicos que delimitam o universo de insumos elegíveis e com mecanismos de controle bem definidos, com conferência das despesas nas prestações de contas com os extratos bancários.

2 Uma adaptação da ferramenta Tracking Tool – adotada pela aliança World Bank e WWF.





META	RESULTADO
1 – Criar 9 milhões de hectares em UCs de proteção integral.	13,2 milhões de hectares em áreas de proteção integral criadas.
2 – Criar 9 milhões de hectares em UCs de uso sustentável.	10,8 milhões de hectares em áreas de uso sustentável criadas.
3 – Consolidar 7 milhões de hectares de UCs de proteção integral.	8,5 milhões de hectares de áreas de proteção integral consolidadas até final de 2009.
4 – Estabelecer um fundo fiduciário para apoiar as UCs consolidadas pelo Arpa e capitalizá-lo em US\$ 14 milhões.	Fundo Áreas Protegidas (FAP) estabelecido com capitalização de US\$ 24,8 milhões.

O programa superou todas as metas estabelecidas, com a criação de 46 novas UCs, abrangendo uma área de 24 milhões de hectares, além da consolidação de 18 UCs em uma área total de 8,5 milhões de hectares.

Como resultado, o Arpa apoiou 64 UCs federais e estaduais (32 UCs de proteção integral e 32 de uso sustentável), com a aquisição de equipamentos, elaboração e implementação de planos de manejo, custeio de atividades de proteção, participação social e capacitação, alcançando 32,5 milhões de hectares apoiados e em diferentes estágios de consolidação na maioria dos Estados da Amazônia Legal, à exceção de Maranhão e Roraima, que não têm UCs estaduais apoiadas pelo Programa.

Na Fase I do Arpa houve um aporte total de cerca de US\$ 115 milhões, sendo quase US\$ 79 milhões em investimentos diretos e indiretos pelo governo do Brasil e doadores e cerca de US\$ 36 milhões oriundos do Fundo de Áreas Protegidas (FAP). O maior doador na fase I do Arpa foi o governo alemão, com um investimento total de quase US\$ 49 milhões.

Os aportes nacionais nesta fase seguiram em uma razão próxima a 1:1 dos recursos doados, incluindo salários e todos os recursos aportados pelos órgãos gestores para a gestão das UCs.

Ganhos e dificuldades operacionais da fase I

O principal ganho do Arpa foi aportar bens, serviços e recursos para a operacionalização das UCs em campo, sob condições em que a máquina pública seria ineficiente ou mesmo ineficaz. Por outro lado, entre as dificuldades enfrentadas, destacaram-se a falta de clareza inicial do papel de cada instituição no arranjo do programa, tornando o gerenciamento uma tarefa de enorme complexidade, e a dificuldade de antecipar a necessidade de elaboração de parte dos relatórios financeiros, demanda que se regularizou ainda durante a fase I.

O Comitê do Programa teve grande importância na transparência e na construção do Arpa, permitindo que a sociedade civil e o governo debatessem as ações e o planejamento. Ainda assim não foi possível ter todas as ações operadas como um programa, dadas as restrições da operação com os doadores. Isso implicou uma gestão sob a lógica de projetos, com resultados sendo alinhados para cada proposta apresentada para cada doador (propondo metas e resultados *pari passu* com as doações aportadas) e com mecanismos de auditoria, controle e mensuração de impactos e resultados distintos.

Durante a Fase I, o maior tipo de gasto do Arpa acabou sendo representado por custos recorrentes das UCs, como o pagamento de diárias, a compra de passagens aéreas e combustível, a manutenção de equipamentos e

gastos cotidianos. Esta situação pode ser entendida como uma dificuldade enfrentada à época de serem realizados mais gastos com investimentos do que com custos recorrentes.

Em função da necessidade de estabelecer procedimentos e ferramentas específicas para o planejamento em cada UC, tarefa finalizada somente em 2006, a

maioria das UCs apoiadas pelo programa não conseguiu atingir no período de 2003 a 2007 o desempenho esperado para as etapas de implementação e consolidação das UCs.

O Comitê do Programa
teve grande importância
na transparência e
na construção do Arpa



Além disso, a carência de ferramentas gerenciais para acompanhamento do programa tornava o processo de planejamento muito moroso. O desenvolvimento do SisArpa, em 2007, integrando diversos módulos de planejamento e monitoramento de efetividade, buscou minimizar essas falhas. Destacou-se ainda a pouca coordenação entre os colegiados que aconselham o Comitê do Programa Arpa (Painel Científico de Aconselhamento e Fórum Técnico), fato que resultou na fragmentação dos processos de decisão.

No âmbito da UCP, um importante gargalo foi a capacidade de processamento de demandas apresentadas, algo que poderia ter sido minimizado com a construção de equipes com pessoal permanente, pois a equipe, na época majoritariamente formada por técnicos temporários, era sujeita a rotatividade, o que levou a períodos de descontinuidade na coordenação do programa.

Ao final da primeira fase, a supracitada lógica de projetos, que trouxe ganhos em termos de entregar resultados de maneira ágil, começou a comprometer sua eficiência, em razão da maior escala de atuação. Para superar isso, o programa aprimorou alguns instrumentos para monitoramento de resultados e de planejamento, por meio da criação de ferramentas específicas, como a ECI (Estratégia de Conservação e Investimento), a Fauc (Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação) e o PEP (Planejamento Estratégico Plurianual). Com vista ao estabelecimento de prioridades de conservação, adotou-se o resultado da Atualização do Mapa de Áreas Prioritárias, divulgado em 2007, coordenado pelo MMA/DCBio (Departamento de Conservação da Biodiversidade), com apoio técnico e financeiro do Programa Arpa.

Desmatamento e mudanças climáticas

O Programa Arpa teve papel de destaque para garantir o equilíbrio climático do planeta, por meio da manutenção da cobertura vegetal nativa na Amazônia, auxiliando o Brasil a cumprir compromissos assumidos internacionalmente. Aproximadamente 70% das emissões de gases de efeito estufa no país eram oriundas do desmatamento e da degradação

florestal. As projeções das emissões evitadas pelas UCs integrantes do Arpa até 2050 representavam 16% do total mundial de emissões em 2009, ou 70% da meta prevista no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto³. A expansão das áreas protegidas na Amazônia brasileira, com a qual o Arpa contribuiu consideravelmente, foi responsável por 37% da redução total do desmatamento obtida na região entre 2004 e 2006 (durante a Fase I do programa). Uma análise comparativa realizada por parceiros do programa em 198 UCs, com base na extensão e no percentual da área desmatada, revela que o índice de desmatamento é, de fato, menor nas UCs apoiadas pelo Arpa que nas UCs não apoiadas. O estudo comprovou, ainda, que o desmatamento evitado pelas UCs não é transferido para outras regiões (ou seja, não há vazamento)⁴.

3 Soares-Filho, B.S.; Dietzsch, L.; Falieri, A.; Lanna, M.; Maretti, C.; Moutinho, P.; Pinto, E.; Rodrigues, H.; Scaramuzza, C.; Suassuna, K. e Vasconcelos, F. 2009, Redução das Emissões de Carbono do Desmatamento no Brasil: O Papel do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), UFMG, IPAM, The Woods Hole Research Center, WWF-Brasil.

4 WWF-Brasil 2012, Arpa - um novo caminho para conservação da Amazônia.





FASE II



A reestruturação do programa para a fase II contou com a elaboração, pelo governo brasileiro, de um documento-base que constituiu o marco conceitual, com orientações para suas atividades e para uma melhor formalização dos arranjos entre MMA e órgãos gestores de unidades de conservação; aumento da abrangência do programa para 60 milhões de hectares, além da expansão em número de UCs e em área, saltando de 64 para 95 UCs, em 52,6 milhões de hectares.

Houve, portanto, um aumento de 50% do programa em relação à meta da fase I, partindo do otimismo com os bons resultados da primeira fase do programa.

Hoje a fase II se encontra em franca execução, já com metas intermediárias de consolidação de UCs alcançadas (as metas estabelecidas são 23 milhões de hectares em grau I e 9 milhões de hectares em grau II, totalizando 32 milhões de hectares) e com recursos aportados para o ICMBio e órgãos estaduais de cerca de R\$ 60 milhões (biênio 2014/15). A meta de criação de novas UCs de proteção integral e uso sustentável estabelecida é de 13,5 milhões de hectares, e a nova meta de capitalização estabelecida para o FAP é de US\$ 70 milhões.

Ganhos e dificuldades operacionais da fase II

As contas vinculadas, criadas para facilitar o acesso aos recursos do Arpa pelos gestores das UCs (na fase I), inspiraram iniciativas como o cartão combustível, adotado pelo ICMBio (órgão gestor das unidades de conservação federais).

Outros pontos positivos incluem a capacitação dos gestores de UCs; o avanço nas metodologias para definição de prioridades; o monitoramento da biodiversidade; a integração da gestão por meio de sistemas; a participação social no programa, com a aproximação do SNUC à sociedade e apoio à renda das comunidades locais.





O Arpa contribuiu, ainda, para:

- fixar padrões e critérios importantes para a gestão de UCs no Brasil
- articulação do MMA com os Estados da Amazônia,
- gestão de áreas protegidas em escala regional
- modelo inovador para execução do SNUC e inspirador de outros projetos, tais como Projeto Terra do Meio, GEF-Mar e LifeWeb.

Não obstante, identifica-se ainda a necessidade de uma maior integração dos instrumentos adotados pelo programa e destes com os utilizados pelos órgãos gestores, além de melhorias na articulação entre os parceiros. Há que se destacar ainda as dificuldades inerentes ao desenvolvimento de um programa na Amazônia Brasileira, com custos, distâncias e dificuldades de realização de atividades maiores do que se realizadas em locais com acesso e infraestrutura. Durante a fase II, as dificuldades enfrentadas na capitalização do FAP e no alcance da meta de criação inspiraram a discussão de uma nova estratégia financeira (Fundo de Transição) a ser implementada a partir da fase III do Arpa. Nesse contexto, ficou evidente que somente o financiamento público poderia garantir os avanços realizados pelo Arpa, e esse fundo permitiria ao setor público assumir, de forma planejada, organizada e no longo prazo, o compromisso de manutenção das UCs apoiadas pelo Arpa.

Após a crise, a manutenção da estabilidade no crescimento brasileiro elevou o país ao grupo das dez maiores economias do mundo

As dificuldades de capitalização do FAP surgiram, em parte, devido às mudanças no panorama macroeconômico global com a crise econômica de 2007 e 2008, com efeitos até o dia de hoje. Após a crise, a manutenção da estabilidade no crescimento brasileiro

elevou o país ao grupo das dez maiores economias do mundo e, paralelamente, ocorreu uma perda significativa dos retornos e dividendos de investimentos. O primeiro fator fez com que o Brasil passasse a não ser mais considerado apto a receber recursos de doação a fundo perdido, com os doadores propensos a oferecer empréstimos.



FASE III



Com o avanço da execução da fase II, um conjunto de novos doadores se aproximou do programa com a proposição de um arranjo inovador para a manutenção em longo prazo das UCs, objeto de Memorando de Entendimento assinado na Rio +20 em 2012. Considerando o cenário econômico mundial atual e a postura de países doadores frente ao Brasil – encarando-o não mais como recipiente de doações – foi proposta uma nova estratégia financeira para acomodar a necessidade de crescimento do orçamento público para fazer frente aos recursos hoje aportados por doações.

Um Fundo de Transição estimado em cerca de US\$ 215 milhões⁵ foi constituído a partir de um grande esforço captação e em função de uma modelagem financeira que estimou com maior precisão os custos necessários para consolidar e manter os 60 milhões de hectares em UCs apoiadas pelo Programa Arpa. Tal modelagem também construiu projeções financeiras realistas e cenários de expansão orçamentária, de modo a amortecer o impacto da transição de doações

para orçamento nacional no longo prazo, garantindo a manutenção das taxas de crescimento do aporte de recursos públicos em cerca de 3,9% ao ano por 25 anos e substituindo o arranjo fiduciário do Fundo de Áreas Protegidas.

A fase III do programa foi, então, instituída pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 187, de 22 de maio de 2014, com prazo de duração de 25 anos e meta de consolidação de 60 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia, mantendo o apoio às cinco categorias previstas anteriormente. Adicionalmente, a referida portaria aponta para a necessidade de estabelecimento de

mecanismos financeiros e planejamento para aporte gradual de recursos, de modo a atender a implementação das unidades no prazo previsto.

Nesse sentido, nesta terceira fase, a reestruturação do programa passa por um reequilíbrio de controle, já que além do Comitê do Programa Arpa foi criado o Comitê do Fundo de Transição. O principal papel desse comitê é o de monitorar o desempenho da implementação do programa e do alcance das metas planejadas, compondo um conjunto de condições de desembolso

⁵ Cujá alocação foi assegurada por meio da assinatura do Memorando de Entendimento assinado, em 21 de Maio de 2014, pelo Ministério do Meio Ambiente, por representantes de parceiros e doadores do Programa Arpa, como: o ICMBio; o Ministério para a Cooperação e Desenvolvimento Alemão (BMZ); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); a Fundação Gordon e Betty Moore; o WWF-Brasil; o WWF-US; e o Global Environment Facility (GEF).





que afetam o volume de recursos a ser alocado para períodos de planejamentos bienais.

Desta maneira, o novo arranjo já começa a operar, concomitantemente à fase II, com o aporte inicial de R\$ 8,9 milhões para sete UCs, uma do Amazonas, uma do Tocantins e as demais federais, que se consolidaram na fase II do Arpa e foram acolhidas pela terceira para o apoio à manutenção do status de consolidação.

A evolução do programa

Desde a sua criação, o Arpa permitiu que o Brasil alcançasse resultados expressivos de conservação na Amazônia. Por outro lado, acabou contribuindo para a quebra de cultura organizacional, em função da disponibilidade de recursos externos durante toda a fase I e no começo da fase II. Mesmo com a reestruturação da fase II esse desafio somente recentemente foi superado.

De fato, ao longo dos anos o Arpa deixou de lado a lógica de projeto e foi assumindo a lógica de programa, refletida nos compromissos assumidos na sua terceira fase, por meio do reforço dos instrumentos de planejamento, monitoramento e cobrança de resultados – inclusive com maior rigidez na prestação de

contas e apresentação de resultados vis-à-vis planos de consolidação das UCs até 2020, cumprimento de metas relativas à alocação de pessoal nas UCs e de apresentação das contrapartidas orçamentárias esperadas.

Em termos de institucionalização, surge um novo arranjo, de um Comitê do Fundo de Transição (CFT), que deve seguir como contraparte do Comitê do Programa (CP), superando o arranjo por projetos, para um arranjo integrado de programa. Ademais, foi aberto espaço formal no Comitê do Programa e no comitê de doadores para a presença do Ministério do Planejamento, com boas expectativas de alinhamento do Arpa com as estratégias de planejamento do governo federal.

Por outro lado, ainda há desafios a superar, com destaque para a necessidade de aumentar o índice de execução de recursos e manter o desempenho do programa mesmo com trocas de gestão, como as que ocorreram na transição entre as fases I e II. Outro desafio é o aumentar as equipes da UCP e dos órgãos gestores, com impacto positivo na continuidade dos processos, uma vez que a alta rotatividade de recursos humanos em campo contribuiu para uma execução financeira do programa menor do que a esperada.

A proposta para a melhoria da execução e da operacionalização do programa inclui o aprimoramento do planejamento, com organização, disponibilização de especificações padronizadas de equipamentos e modelos de termo de referência; a indicação de fornecedores mais próximos às UCs; a integração do sistema Cérebro com o sistema RM (ferramenta de gestão corporativa utilizada pelo Funbio abrangendo contabilidade, pagamentos, compras e contratações); a inovação na execução de recursos via contratos (combustível, manutenção, provimento de serviços) e atividades de capacitação (plano de capacitação em desenvolvimento).





ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



KFW



Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins



Ministério do Meio Ambiente

